



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149  
LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026**

Prezado fornecedor, o Município de Xapuri agradece o seu interesse em participar deste certame e espera a sua melhor proposta para que você possa ser nosso fornecedor.

Visando poupar o seu tempo e facilitar a apresentação da sua proposta neste certame, os documentos que você precisa ler para participar nesta disputa foram elaborados evitando, ao máximo, repetir informações. É fundamental que você leia, além do edital, TODOS os anexos, pois há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:

- a. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- b. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA.
- c. ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- d. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO.

Este edital traz as regras específicas para a sua participação e para a condução do certame. Todas as decisões serão tomadas com base no que o edital estabelece. Qualquer dúvida ou discordância deverá ser manifestada antes do início do certame, através do e-mail: [licitacao@xapuri.ac.gov.br](mailto:licitacao@xapuri.ac.gov.br)

As minutas da ata de registro de preços e do contrato trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará o nosso negócio, se ele vier a acontecer. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as condições que regem a sua execução.

As informações gerais, que se repetem nas licitações, estão em um Caderno de Normas Licitatórias e podem ser acessadas clicando nos links que estão no edital identificados com o sublinhado. Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Os fornecedores que não estão acostumados com as licitações aqui do Município de Xapuri devem ler com atenção todas as informações gerais que estão nos links para entender os detalhes da licitação.

Por fim, vale alertar que os horários indicados nos editais de procedimentos eletrônicos se referem ao **horário de Brasília**.

Bons negócios!



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**Processo Administrativo nº 049/2026**

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

**Sistema utilizado: compras.gov.br**

**UASG: 980149;**

**Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO SRP;**

**Nº da modalidade no sistema: XXXXX/2026.**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Objeto do certame:** Contratação de empresa para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, em atendimento aos Convênios nº (982683/2025/, 985994/2025, 9821385/2025 e 985991/2025).

1.1. **Data do certame e horário (DE BRASÍLIA) de início da sessão:** 09/06/2026 às 10h.

1.2. **Prazo para solicitar esclarecimento e impugnar o edital:** 03/06/2026 às 23h59min. (Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, ou enviar pedidos de esclarecimentos).

1.3. **Apresentação da proposta e da documentação de habilitação:**

1.3.1. A proposta deverá ser cadastrada até as 10h (Horário de Brasília) do dia 09/06/2026, no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1.3.2. A proposta de preços com valor do último lance e os documentos de habilitação deverão ser apresentados após a fase de lances, pelo licitante mais bem classificado, em até 02 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente justificada e sua aceitabilidade e reconhecida pela Pregoeira.

1.4. Valor estimado total da contratação: **R\$ 1.276.034,38 (Um Milhão, duzentos e setenta e seis mil, trinta e quatro reais e trinta e oito centavos).**

1.5. **Havendo divergência entre as especificações do sistema e as do edital, prevalecerão as últimas.**

1.6. **Rito da seleção:** Pregão.

1.7. **Forma da seleção:** Eletrônica.

1.8. **Critério de julgamento:** Menor preço por Item.

1.9. **Modo de disputa:** Aberto.

1.10. **Local do certame:** será de forma eletrônica pelo Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

**1.11. Os lances serão feitos com base no: Menor Preço por Item.**

1.11.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,01 (um centésimo) em relação ao melhor lance ou proposta.

1.12. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? **SIM**

**1.13. Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: SIM**

## **2. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA**

2.1. **Credenciamento:** O credenciamento de representantes do licitante ocorrerá por meio da atribuição de chave de identificação e de senha de acesso ao sistema eletrônico, disponibilizadas pelo Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. O licitante deve estar apto a encaminhar propostas e formular lances, por meio eletrônico, até o momento de abertura da sessão pública.

2.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral do credenciado e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes à licitação eletrônica.

2.1.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou do responsável pela gestão do sistema eletrônico de compras.

2.1.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

2.1.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.1.6. Caberá ao interessado obter o credenciamento e observar as condições indicadas no regulamento do sistema eletrônico de compras.

2.1.7. O licitante deverá ingressar no sistema, no dia e hora indicados no edital para início da sessão, e nele permanecer durante todo o seu transcurso, sob pena de perder o direito à manifestação posterior em caso de ausência de resposta ou atuação oportuna, bem como de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou devido a sua desconexão.

2.1.8. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

2.1.9. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime das MPEs no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.1.10. O licitante deverá registrar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento dos campos indicados, sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.

2.1.10.1. A identificação não intencional, como, por exemplo, indicação de marca exclusiva, ou propriedades do documento digital, não será motivo de desclassificação do licitante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

2.1.10.2. Nos casos em que for constatado que a identificação se deu como forma de tentativa de fraudar o certame, o licitante será excluído, determinando-se a abertura de processo sancionatório para apuração da conduta e aplicação de declaração de inidoneidade.

2.1.11. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação e os licitantes.

2.1.12. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de compras, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2.1.13. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados posteriormente à fase competitiva da licitação.

2.1.14. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

2.1.15. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **3. MODO DE DISPUTA**

#### **3.1. Aberto - na forma eletrônica**

3.1.1. Até a data e horário previstos para abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.1.2. Os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos.

3.1.3. O intervalo mínimo de valor entre os lances está estipulado no edital e incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

3.1.4. A etapa de lances abertos da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

3.1.5. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

3.1.6. Na hipótese de não haver novos lances que impliquem em prorrogação automática, a etapa será encerrada, e o sistema ordenará os lances na ordem do critério de julgamento.

3.1.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

3.1.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

3.1.9. Após a definição da melhor proposta, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**licitação COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

de contratação verificará a diferença de valores apresentada entre a primeira e a segunda classificada, podendo ser readmitido o reinício da disputa aberta, caso essa diferença seja superior a 5% (cinco por cento).

3.1.10. Após o reinício da disputa aberta, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar valor melhor, sendo que os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação no sistema.

3.1.11. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem do critério de julgamento.

3.1.12. No caso de desconexão do agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os atos até então praticados serão considerados válidos, retomando-se as atividades assim que possível.

3.1.12.1. Na hipótese de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensão, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**3.2. Ordem das etapas:** Rito procedimental comum.

3.2.1. No caso do rito procedimental comum (análise das propostas antes da habilitação), primeiro serão abertas e analisadas as propostas de todos os licitantes.

3.2.2. O agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

3.2.3. Após essa análise será feita a etapa competitiva, de acordo com o modo de disputa indicado no edital.

**3.2.4. Só será verificada a habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta.**

3.2.5. Após a análise da habilitação, declarado o vencedor, será iniciada a fase recursal, com manifestação dos licitantes do interesse de interposição de recurso. Haverá abertura de prazo de 3 (três) dias úteis para razões recursais e 3 (três) dias úteis para contrarrazões recursais.

**3.3. Declaração como MPE**

3.3.1. O licitante que se declarar como MPE, sem estar nas condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinadas na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, será declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, independentemente de utilizar ou não os benefícios previstos para as MPEs na licitação.

**3.4. Desempate**

3.4.1. Será considerado empate ficto, quando, ao final da etapa de lances, se for o caso, e antes da negociação, o licitante que esteja competindo na condição de MPE tenha apresentado sua proposta



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

ou último lance com valor até 5% (cinco por cento) para Pregão, e até 10% (dez por cento) para as demais modalidades acima da proposta ou último lance mais bem classificado de uma empresa não enquadrada como MPE.

3.4.2. No caso de empate ficto, a MPE que tenha apresentado a proposta ou o lance com menor preço será comunicada pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação para que apresente, dentro do prazo estabelecido, caso queira, proposta de desempate com preço inferior à proposta mais bem classificada.

3.4.3. Haverá a preclusão do direito, caso a MPE manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido.

3.4.4. Não ocorrendo apresentação de proposta de desempate pela MPE até então mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se situem no intervalo de até 5% (cinco por cento) para Pregão, e de até 10% (dez por cento) para as demais modalidades, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.4.5. No caso de equivalência das propostas ou lances apresentados pelas MPEs que se encontrem nos intervalos de empate ficto, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a proposta de desempate.

3.4.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se o trâmite, a partir daquele ponto, sem considerar a proposta do licitante inabilitado.

### **3.5. Prazo para comprovar a regularidade fiscal**

3.5.1. As MPEs estarão dispensadas de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista durante a licitação, a qual será exigida apenas para a contratação.

3.5.2. Caso seja identificada alguma irregularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.5.3. Eventual irregularidade na documentação, caso não seja saneada, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo da instauração de procedimento sancionatório e aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.4. Nesta hipótese, a Administração convocará os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação, para continuidade do certame, ou poderá revogar a licitação.

3.5.5. Para se beneficiar da condição de MPE, o licitante deve se declarar como tal.

## **4. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME**

---

4.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

4.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Xapuri ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

da Administração Pública;

4.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

4.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si;

4.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.7. Empresas reunidas em [consórcios](#) poderão participar desta licitação: Não.

4.7.1. O limite de empresas reunidas em consórcios é de: **Não se aplica.**

**4.8. Das condições de participação:**

4.8.1. A mera participação na licitação implica na declaração de que a empresa não está impedida de participar do processo licitatório, sendo essa declaração tácita passível de sanção de declaração de inidoneidade, em caso de falsidade.

4.8.2. Como condição de declaração do vencedor, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação deverá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação da empresa no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

4.8.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

4.8.2.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP, link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

4.8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá promover diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.8.5. A tentativa de burla à sanção poderá ser verificada, através de diligência, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros elementos que serão analisados pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação.

4.8.6. Nos casos de inabilitação por ocorrências impeditivas indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente a sua inabilitação. O prazo para manifestação do licitante é de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da sua convocação.

4.8.7. Constatada a existência de sanção restritiva do direito de participar de licitações, após consulta aos cadastros ou através de outras formas de diligência, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação inabilitará o licitante, por falta de cumprimento da condição de participação.

4.9. Para participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** os interessados devem preencher os seguintes requisitos:

4.9.1. Previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras));

4.9.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.10. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

## **5. DECLARAÇÕES**

---

5.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.

5.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

5.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Xapuri;

5.1.3. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

5.1.4. A proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

5.1.5. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

5.1.6. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

5.1.7. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

5.1.8. Declaro que minha empresa cumprirá a cota de aprendiz, nos termos do art. 429 e ss. da CLT, em observância ao Termo de Acordo, referente a Ação Civil Pública nº 0000430-92.2023.5.14.0401.

5.1.9. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

5.1.10. Cumprimos o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme orienta o art. 68 inciso VI da Lei 14.133/2021.

## **6. PROPOSTA**

---

6.1. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.

6.2. Será exigida a prestação de [garantia de proposta](#) no valor de: **Não Aplicável**.

6.3. Julgamento pelo ciclo de vida: **Não**.

6.4. As regras do julgamento pelo ciclo de vida estão no Anexo I – Especificações: **Não aplicável**.

6.5. Critério de inovação ou de desenvolvimento nacional sustentável: **Não aplicável**

6.6. Verificar demais condições no Anexo I - Termo de Referência

## **7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

7.1. Os participantes da licitação deverão apresentar a seguinte documentação:

7.1.1. contrato social ou instrumento equivalente;

7.1.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

7.1.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

7.1.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

7.1.5. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

7.1.6. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

7.2. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

7.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual e municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4. Para a habilitação econômico-financeira que visa demonstrar aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

7.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

7.4.1.1. O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

7.4.1.2. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

7.5. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** operacional emitido em nome da empresa licitante, referentes a objetos similares ao licitado, admitido o somatório, desde que em período concomitante, que comprove ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato de ou da (s) respectiva (s) nota (s) fiscal (is), que deram origem ao Atestado;

## **8. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO**

8.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual exposto no Capítulo 19 - “Processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanção” do Caderno de Normas Licitatórias.

8.2. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

Rua Floriano Peixoto, nº 114  
Centro, Xapuri – Acre  
CNPJ: 04.018.560/0001-24





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

<b>INFRAÇÃO COMETIDA</b>	<b>PENALIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

## **9. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS**

### **9.1. Definições**

9.1.1. MPE (ou no plural MPEs): aquele que tem direito ao tratamento diferenciado e simplificado estabelecido nos art. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123/2006, seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa que, no ano-calendário anterior, tenha auferido receita bruta de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

9.1.2. MPE local: aquela que possua sede ou filial localizada no Município de Xapuri;

9.1.3. MPE regional: aquela que possua sede ou filial em qualquer Município da Mesorregião do

Rua Floriano Peixoto, nº 114

Centro, Xapuri – Acre

CNPJ: 04.018.560/0001-24



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

Vale do Acre.

9.1.4. Sistema eletrônico de compras: sistema de compras Licitações – e ou outro indicado no Edital.

9.1.5. Sítio eletrônico oficial: o portal oficial do Município de Xapuri na internet, disponível a partir do endereço: <https://www.xapuri.ac.gov.br/licitacoes> .

**9.2. Condições de julgamento de propostas e habilitação**

9.2.1. Será desclassificada a proposta que, após a fase de negociação, permanecer com valor superior ao valor máximo para a contratação.

9.2.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.3. Nos casos de aparente inexequibilidade, deverá ser ofertada ao licitante a oportunidade de apresentar planilha de composição de custos, com a demonstração da viabilidade do preço praticado, podendo ser requeridos pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação outros documentos comprobatórios.

9.2.4. O licitante que apresentar proposta com qualquer problema, erro, vício ou desconformidade com as regras estabelecidas no edital terá a oportunidade de sanear o erro da proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que não seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame.

9.2.5. Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no Edital, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.6. Todos os documentos exigidos para habilitação que estiverem disponíveis para livre acesso pela Internet serão obtidos, diretamente pela Administração municipal, sendo dispensado o encaminhamento desses documentos pelo licitante.

9.2.7. Caso o sistema de acesso pela Internet para emitir o documento estiver indisponível, deverá(ão) ser feito(s) novo(s) acesso(s) ou realizada diligência para obtenção do documento.

9.2.8. Será admitida a apresentação de cópia simples dos documentos, sendo permitida à Administração Municipal a realização de diligência para aferir a veracidade dos documentos.

9.2.9. A documentação de habilitação apresentada pelo licitante deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas, definida no preâmbulo do Edital.

9.2.10. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado.

9.2.11. Caso o licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome e CNPJ da matriz.

9.2.12. Caso o licitante seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da filial que vai fornecer o produto ou executar o serviço, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa. A contratação será realizada no CNPJ constante da documentação apresentada e da proposta comercial.

9.2.13. Caso o licitante pretenda constituir nova filial em Xapuri, para fins de execução do contrato, deverá ser apresentada a proposta e os documentos de habilitação da matriz, sendo permitida a posterior substituição para o CNPJ da filial de Xapuri, inclusive após a assinatura do instrumento contratual, cujo registro será por simples apostila.

9.2.14. Se o licitante necessitar de visita técnica, deverá solicitar e agendar pelo e-mail [cplxapuriac@gmail.com](mailto:cplxapuriac@gmail.com), ou no endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 114 – Centro – CEP: 69930-000, Xapuri – Acre.

9.2.15. Durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, conforme o caso, deverá sanear erros ou falhas que não alterem a essência da proposta, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.2.16. É permitida a inclusão de novo documento comprobatório de condição já atendida pelo licitante, no momento da apresentação dos documentos ou da proposta, conforme o caso, que não tenha sido juntado oportunamente com os demais documentos de habilitação e/ou com a proposta, por equívoco ou falha.

9.2.17. Será admitido ao licitante que tenha apresentado pendências na regularidade fiscal, a apresentação de documento novo, a fim de comprovar a regularidade, observado o disposto no inciso III, do art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.18. O saneamento ocorrerá, preferencialmente, na própria sessão.

9.2.19. Não sendo possível o saneamento na própria sessão, será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento, admitido o envio pelo e-mail [cplxapuriac@gmail.com](mailto:cplxapuriac@gmail.com).

9.2.20. Para o saneamento da proposta e da documentação será admitida a correção de todos os erros que sejam possíveis de serem corrigidos, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, procedência,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

prazos, catálogos, declarações, documentação vencida, irregular ou faltante, atestados, ou quaisquer outras informações, dados ou documentos.

9.2.21. Não poderá ser admitido o saneamento que aumente o valor total da proposta, sendo aceita a alteração dos preços unitários, desde que mantido o valor global.

9.2.22. Caso, após o saneamento, seja identificado novo problema, deverá ser concedida nova oportunidade de sanear o vício, seguindo as mesmas regras deste capítulo.

9.2.23. Será inabilitado o licitante que, depois da oportunidade de saneamento, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Edital.

9.2.24. Nos casos de licitação para registro de preços, todos os licitantes que desejarem ter seus preços registrados na ata de registro de preços terão sua proposta e habilitação analisadas, inclusive se tiverem preços diferentes do primeiro colocado.

### **9.3. Critérios de desempate**

9.3.1. Após a aplicação da preferência das MPEs nos casos de empate ficto, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, sendo dada a oportunidade de os licitantes declararem, quando necessário:

I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.3.2. Mantida a igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos:

I. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes estabelecidos no território do Estado do Acre;

II. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes brasileiros;

III. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes que declarem investir em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

IV. licitantes que declarem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

9.3.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

### **9.4. Negociação**

9.4.1. Definido o resultado do julgamento, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação convocará o licitante mais bem classificado para negociação, cujos parâmetros serão os

orçamentos que fundamentaram o valor estimado e os preços praticados pelo licitante em contratações públicas similares.

9.4.2. Na hipótese de o preço do licitante melhor colocado estar acima do preço estimado definido no edital, a negociação será obrigatória.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

9.4.3. Caso a negociação com o licitante melhor classificado reste frustrada, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação fixará um valor admissível para a negociação e convocará os demais licitantes, inclusive o melhor classificado, para se manifestarem, no prazo de 10 (dez) minutos, quanto à aceitação daquele valor.

9.4.4. Não havendo aceitação do valor admissível para a negociação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá fixar novo valor admissível para a negociação e realizar nova rodada de negociação, podendo ser realizadas quantas rodadas forem convenientes, a critério do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.

9.4.5. Caso a negociação não seja satisfatória, a licitação será declarada fracassada, salvo se demonstrada a conveniência e a oportunidade em eventual adjudicação pelo menor preço obtido, respeitado o limite do valor máximo.

9.4.6. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, se for o caso, até o dia útil seguinte à convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.

9.4.7. O prazo para apresentação da proposta ajustada ao valor final ofertado será de 24 (vinte e quatro) horas.

**9.5. Recursos e contrarrazões**

9.5.1. Declarado o vencedor, será concedido prazo não inferior a 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.

9.5.1.1. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito.

9.5.2. Para o rito com habilitação antecipada, após a análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá conceder prazo de 3 (três) dias úteis para os licitantes realizarem apontamentos quanto à decisão proferida, abrindo-se igual prazo para os demais

licitantes contestarem esses apontamentos, podendo a decisão ser reconsiderada em razão dos tópicos levantados.

9.5.2.1. Caso seja adotado o procedimento indicado no parágrafo anterior, a ausência de manifestação implicará na preclusão do direito de recorrer quanto à fase de habilitação.

9.5.3. Uma vez manifestada tempestivamente a intenção de recurso, o licitante terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as suas razões de recurso.

9.5.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis e terá início na data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.

9.5.5. Tanto as razões quanto as contrarrazões recursais deverão ser anexadas no sistema compras.gov.br e, apenas no caso de impossibilidade de envio pelo sistema, que deverá ser





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

comprovada pela licitante, é que será aberta a possibilidade de envio para os endereços de e-mail desta comissão ou, ainda, protocoladas no Protocolo da Comissão de Licitação e Contratação, localizado no endereço Rua Floriano Peixoto, 100 – Centro, Xapuri – AC.

9.5.6. Será assegurado aos licitantes vista aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses por consulta, através de solicitação formal pelo e-mail [cplxapuriac@gmail.com](mailto:cplxapuriac@gmail.com) ou protocolada na Comissão de Licitação e Contratação, localizado no endereço Rua Floriano Peixoto, 100 – Centro, Xapuri – AC.

9.5.7. Na hipótese de o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que seja proferida decisão final pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante.

9.5.10. A sessão pública poderá ser reaberta, nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente, ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.5.11. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão de reabertura.

9.5.12. A convocação se dará por e-mail, sendo de responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados, e adicionalmente, se for possível, pelo sistema eletrônico de compras (chat) ou comunicado no sítio eletrônico oficial.

## **9.6. Adjudicação e homologação**

9.6.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos, o processo licitatório será encaminhado ao órgão demandante, que poderá:

9.6.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

9.6.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

9.6.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

9.6.1.3.1. encaminhar à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, para adjudicação do objeto e homologação da licitação.

9.6.2. Na hipótese de revogação ou anulação do procedimento, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da publicação do ato.

9.6.3. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para a assinatura da ata de registro de preços ou para assinar ou aceitar o instrumento contratual, conforme o caso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

9.6.4. O prazo para atender à convocação será de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Xapuri.

9.6.4.1. Caso o licitante, ainda dentro da validade da proposta, não atenda à convocação para a assinatura da ata de registro de preços ou assinatura ou aceite do instrumento contratual, será instaurado processo administrativo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanções.

**9.7. Gestão do Contrato**

9.7.1. Conforme disposto no termo de referência e demais anexos do edital.

**9.8. Regras de entrega do objeto**

9.8.1. Conforme disposto no termo de referência e demais anexos do edital.

**9.9. Regime de execução:**

9.9.1. Conforme disposto no termo de referência e demais anexos do edital.

**9.10. Condições de pagamento**

9.10.1. Conforme disposto no termo de referência e demais anexos do edital.

**9.11. Disposições gerais**

9.11.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

9.11.2. A participação do licitante implica em aceitação de todos os termos do Edital.

9.11.3. O licitante será responsável por todos os procedimentos que forem efetuados em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e negociações.

9.11.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, inclusive quanto às declarações explícitas ou implícitas, em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo da Instauração de processos sancionatório para apuração de conduta e eventual aplicação de sanções administrativas e criminais cabíveis.

9.11.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, desde que dentro do horário de expediente atual, assim considerado das de **7h às 17h, no horário de Xapuri-AC**, que corresponde no **horário de Brasília das 9h às 19h**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**EDITAL**

9.11.6. As normas que disciplinam a licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

9.11.7. As decisões referentes ao processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site oficial.

9.11.8. O Município de Xapuri poderá revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivados de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, sendo devidamente publicados no site oficial.

9.11.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.11.10. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

9.11.11. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração municipal de Xapuri.

9.11.12. Em caso de divergência, as disposições do edital prevalecem sobre as disposições deste caderno de normas licitatórias.

9.11.13. O edital e o respectivo processo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/>.

9.11.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo agente de contratação, pelo pregoeiro, pela comissão de contratação, pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante ou pelo Secretário Municipal de Gestão Administrativa.

9.11.15. Onde estamos: [cplxapuriac@gmail.com](mailto:cplxapuriac@gmail.com) ou no endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 100 – Centro – CEP: 69.930-000, Xapuri – Acre.

9.11.16. Quem são os responsáveis pelo certame:

O pregão será realizado pela Pregoeira **Ana Maria Rodrigues da Costa**, tendo como equipe de apoio um mínimo de 3 (três) servidores, escolhidos entre os seguintes: Liberato Ribeiro da Silva Filho Nonata de Souza Brandão, Alessandra de Lima Mendonça, e Pérola Julyana de Oliveira Pinheiro.

a) Na ausência ou impedimento do (a) pregoeiro (a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149  
LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026  
EDITAL**

9.12. Normas de regência: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 016/2024 e normas específicas deste município.

9.13. Xapuri - AC, 19 de março de 2026.

---

**Ana Maria Rodrigues da Costa**  
Pregoeira



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

## **1. OBJETO**

---

**1.1** Contratação de empresa para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, em atendimento aos Convênios nº (982683/2025/, 985994/2025, 9821385/2025 e 985991/2025).

## **2. JUSTIFICATIVA**

---

**2.1** A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a aquisição de máquinas e equipamentos, visando atender às demandas operacionais desta Administração Pública, garantindo maior eficiência, economicidade e qualidade na execução dos serviços prestados à população.

**2.2** A aquisição se faz necessária em razão da insuficiência e/ou obsolescência dos equipamentos atualmente disponíveis, os quais não atendem de forma satisfatória às necessidades dos setores demandantes, comprometendo a produtividade e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

**2.3** Ademais, a modernização do parque de máquinas e equipamentos possibilitará a otimização dos processos de trabalho, redução de custos com manutenção corretiva, maior segurança operacional e melhoria nas condições de trabalho dos servidores envolvidos.

**2.4** Importa destacar que a aquisição contribuirá diretamente para o alcance dos objetivos institucionais, promovendo maior agilidade, eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, em conformidade com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência e da economicidade.

**2.5** Por fim, ressalta-se que a presente contratação encontra respaldo no planejamento administrativo e orçamentário do órgão, estando alinhada às necessidades institucionais e ao interesse público, conforme previsto na legislação vigente.

## **3. DETALHAMENTO DO OBJETO E DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

---

ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
------	---------	-------	-----------	----------------	-------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

1	UND	150	<b>PLANTADEIRA ADUBADEIRA</b> de Empurrar Rotativa mínimo 14 Bicos, Peso:11kg; Capacidade tanque de sementes: 5Litros; Capacidade tanque fertilizante: 12 Litros; Quantidade de peneiras de semente: 8; Quantidade de bicos de semente: 7; Quantidade de bicos de fertilizante: 7; Profundidade de plantio de semente: 6,5cm à 7,5cm; Profundidade de plantio de fertilizante: 7,5cm à 8,5cm; Espaçamentos de plantio com 7 bocas: 23cm; Espaçamentos de plantio com 6 bocas: 27cm; Espaçamentos de plantio com 5 bocas: 32cm; Itens Inclusos: 1Plantadeira; 8Peneiras (2 já instaladas).	R\$ 2.759,36	R\$ 413.904,38
2	UND	20	<b>ROÇADEIRA</b> , nova, com as seguintes especificações mínimas: a gasolina, com motor 2T com lâmina, cilindrada mínima 38cm³. Potência mínima 1.5KW, rotação lenta (RPM)2800, peso mínimo de 7,7Kg, comprimento total de 178cm, diâmetro do círculo de corte 420 mm, capacidade do tanque 0,75.	R\$ 2.908,75	R\$ 58.175,00
3	UND	30	<b>BENEFICIADORA DE ARROZ</b> , nova, com as seguintes especificações mínimas: motor à diesel, capacidade do equipamento 200 KG/H	R\$ 26.798,50	R\$ 803.955,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 1.276.034,38</b>	

**3.1.** Em cumprimento ao Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens cujos valores são até R\$ 80.000,00, serão destinados à participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte.

**3.2.** Informados que a diferença de valores apresentados na Planilha Resumo de Preços, Termo de Referência e sistema, se dá pela diferença de casas decimais, dados da planilha para cálculo da média ou média saneada, ocasião que no Termo de Referência são apresentados valores com duas casas decimais, utilizando o processo de arredondamento, justificando-se a diferença de apresentação das casas decimais em ambos os documentos, para melhor entendimento.

**3.3. Do Critério de aceitação da Proposta de preço:**

**3.3.1** - Na análise das propostas, será verificado o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste termo, bem como considerado o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**3.3.2** - No julgamento, será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de preços de acordo com as especificações deste termo e seus anexos e ofertar o menor preço por Item;

**3.3.3** - A proposta de preço deverá consignar expressamente o Preço Unitário e Total (em valor numérico) do objeto licitado, incluindo todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições para fiscais), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação, descritos neste Termo de Referência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**3.3.4** - A Prefeitura Municipal de Xapuri através da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, não estará obrigada a contratar os quantitativos dispostos na tabela acima.

#### **4. FUNDAMENTO LEGAL**

---

**4.1** A presente licitação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 016/2024.

#### **5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

---

**5.1** A vigência da Ata de Registro de preço e/ou contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

**6.1.** A **CONTRATADA** compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido neste Termo de Referência;

**6.2** A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

**6.3** Qualquer despesa com transporte e/ou frete ou demais custos relativos a entrega do objeto licitado, correrão por conta da empresa vencedora do certame.

**6.4.** A **CONTRATADA** será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;

**6.5.** A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;

**6.6.** Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**6.7.** Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências da Contratante.

**6.8.** Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força da execução do serviço, objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**;

**6.9.** Manter os seus empregados identificados por crachá quando do fornecimento dos bens à Contratante.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**6.10.** Manter, durante toda a execução, objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.11.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

**6.12.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;

**6.13.** Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

---

**8.1.** Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), por intermédio do representante designado para esse fim.

**8.2.** Comunicar à Contratada qualquer falha e/ou irregularidade na execução dos serviços.

**8.3.** Efetuar o pagamento à Contratada, desde que verificada a adequação dos serviços, correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;

**8.4.** Permitir acesso aos funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, aos locais onde será executada os serviços, objeto deste Termo de Referência, nos horários de expediente normal ou em outros horários constantes em acordos firmados entre as partes.

**8.5.** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA** quando necessários a execução dos serviços.

**8.6.** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste Termo de Referência;

## **9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

---

**9.1.** A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão realizados por fiscal previamente designado pelo órgão solicitante, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.** Do fiscal/gestor do contrato:

**9.2.1.** O fiscal/gestor do contrato ou documento equivalente será o responsável pelo setor solicitante da contratação, sendo indicado a critério da Prefeitura Municipal de Xapuri.

**9.2.2.** Têm-se como atribuições mínimas do fiscal/gestor do contrato:

- a) Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;
- b) Atestar o recebimento e a qualidade dos **fornecimentos de bens (equipamentos)**
- c) contratados se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- d) Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- e) Requerer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados;
- f) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual informando sobre paralisações ou suspensões que ocorram no contrato;
- g) Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato e/ou Gestor de Convênio, eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a contratada em casos de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- h) Zelar pela fiel execução dos contratos, sobretudo no que concerne à qualidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados;
- i) Efetuar relação entre os prazos de vigência dos contratos e prazos de vigência dos convênios, se estes forem interdependentes, se o contrato for financiado com recursos de convênio;
- j) Estabelecer juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** A LICITANTE ficará sujeita às sanções, previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa, ficará impedida de licitar e contratar com o poder público e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência/Contrato e demais cominações legais a(s) contratada(s) que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal;
- Não assinar o contrato;
- Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- Não manter a proposta;

## **10. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Os produtos deverão ser entregues de forma integral, conforme a Ordem de Fornecimento, prazo contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento que autoriza o seu início, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, desde que garantido o interesse público.

**10.2.** O prazo para entrega será de até 60 (sessenta) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

**10.3.** Os prazos anteriormente definidos podem ser alterados mediante solicitação formal com justificativa, devidamente aceita pelo Município, ressalvado ao Município o direito tanto de não aceitar a justificativa quanto de aplicar penalidades cabíveis, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**10.4.** Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Xapuri, situada na Rua Coronel Brandão, Bairro Centro, Xapuri/AC.

## **11. PRAZO DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contado da apresentação Nota Fiscal Juntamente com as Negativas de Débito Municipal, Débito Estadual (empresa e Sócio), Débito Federal, Débito INSS, Débito FGTS e Débitos Trabalhistas.

**11.2.** É vedada a antecipação de pagamento.

**11.3.** O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA na instituição por ela indicada – Banco, Agência, Conta Corrente nº.

**11.4.** Para a efetivação do pagamento, devem ser adotados os seguintes procedimentos obrigatórios: apresentação de nota fiscal ou fatura a ser encaminhada à Seção Administrativa da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada Rua 24 de Janeiro nº 280, Bairro Centro, Xapuri – Acre, do fornecimento dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao seu vencimento;

b) certificação (atesto) referente ao quantitativo do material recebido, sob a responsabilidade do setor responsável pela fiscalização;

c) verificação da regularidade fiscal da Contratada quanto às certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na Habilitação em cada sítio correspondente ou no SICAF, quais sejam:

I. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;

II. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

III. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;

IV. Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

V. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

VI. Certidão Negativa de Débito – CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social.

O documento de cobrança deve ser apresentado em obediência aos seguintes requisitos:

a) emitido em nome de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_;

b) dirigido ao setor responsável pela fiscalização do material recebido, para fim de conferência preliminar;

c) conter no campo com “descrição” as seguintes menções:

Detalhar o objeto:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

Termo de Contrato nº \_\_\_\_\_

Setor responsável:

Nota de empenho: \_\_\_\_\_.

**11.5.** O documento de cobrança não aprovado pela Seção Administrativa deve ser devolvido à empresa com as informações que motivaram sua rejeição.

**11.6.** A devolução do documento de cobrança em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspender o fornecimento do material a ser contratado.

**11.7.** Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 40, alínea “a”, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora serão calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**11.8.** A empresa deverá manter, durante todo o período de fornecimento do produto, a situação de regularidade junto a PMP.

**11.9.** Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento pelo produto fornecido, encontrar-se com cadastro vencido ou com pendência, no que diz respeito à Documentação Obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência.

**11.10.** A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**11.11.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação de sua responsabilidade. Esse fato não será gerador de direito a atualização monetária.

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** O valor estimado total da contratação baseou-se na metodologia da média dos preços obtidos através de cotações com fornecedores e banco de preço, obtendo o valor de: **R\$ 1.276.034,38 (Um milhão, duzentos e setenta e seis mil, trinta e quatro reais e trinta e oito centavos).**

## **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Rua Floriano Peixoto, nº 114

Centro, Xapuri – Acre

CNPJ: 04.018.560/0001-24



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**13.1.** Não será admitida a subcontratação do serviço contratado.

## **14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

---

**14.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

**15.1.** A licitação para registro de preços será realizada na modalidade pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**15.2.** Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme necessidade e demanda das secretárias. Segue entendimento do TCU no LINK: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/4-3-10-adequacao-orcamentaria-2/>.

## **16. DAS CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS**

---

**16.1.** O fornecedor deverá apresentar junto a proposta de preços, prospecto com a marca, modelo e especificações técnicas do produto ofertado.

### **16.2. A ausência do prospecto é de caráter desclassificatório.**

---

**16.3.** As propostas conterão o valor do equipamento com as especificações mínimas descritas no item, para entrega no Município. O preço deverá incluir os impostos e frete, e deduzidos de todo e qualquer eventual desconto ou vantagem (preço CIF).

**16.4.** Deverão ser fornecidos catálogos do(s) fabricantes (s) do equipamento cotado onde constem as especificações técnicas do mesmo.

**16.5.** O prazo de garantia do equipamento não deve ser inferior a 12 (doze) meses.

**16.6.** Não serão consideradas propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste pregão.

**16.7.** A empresa vencedora da presente licitação, se desistir de fornecer o produto licitado, poderá a critério da Administração, ser suspensa do direito de licitar, pelo prazo de 2 (dois) anos, independentemente das medidas judiciais cabíveis.

**16.8.** O Prefeito fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular a presente licitação, sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.

**16.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do título IV da lei 14.133/2021 – Das infrações e Sanções Administrativas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

## **17. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

---

**17.1.** A licitação será através de Pregão Eletrônico por Registro de Preços, tendo como Critério de Julgamento Menor Preço por Item.

## **18. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

---

**18.1.** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação encontra respaldo no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, sendo justificada pela natureza dos bens a serem adquiridos e pela necessidade de flexibilidade na execução das aquisições.

**18.2.** O SRP mostra-se adequado quando há necessidade de contratações frequentes ou parceladas, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos itens, permitindo à Administração Pública realizar contratações conforme a demanda, ao longo da vigência da ata.

**18.3.** No presente caso, a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas poderá ocorrer de forma gradual, de acordo com a liberação de recursos dos convênios, capacidade operacional do Município e priorização das demandas da Secretaria requisitante, o que inviabiliza a definição precisa do cronograma de aquisição integral dos itens.

**18.4.** Além disso, o SRP proporciona maior economicidade, eficiência e competitividade, uma vez que permite a realização de uma única licitação para atender múltiplas demandas ao longo do tempo, reduzindo custos administrativos e otimizando os procedimentos de contratação.

**18.5.** Destaca-se, ainda, que o sistema possibilita melhor gestão dos recursos públicos, evitando aquisições desnecessárias, minimizando riscos de armazenamento inadequado e prevenindo a obsolescência dos equipamentos.

**18.6.** Por fim, a adoção do SRP está alinhada aos princípios da Administração Pública, especialmente os da eficiência, economicidade e planejamento, garantindo maior racionalidade na gestão das contratações públicas.

**18.7.** Dessa forma, resta devidamente justificada a escolha pelo Sistema de Registro de Preços para a presente contratação.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

**19.1.** Todas as orientações para empresa contratada devem ser fornecidas pelo servidor responsável, indicado pela Secretaria de Planejamento, bem como o acompanhamento e o recebimento dos serviços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**1. DADOS DO FORNECEDOR**

Razão social: .....

CNPJ: .....

Endereço: .....

E-mail: .....

Telefone: .....

**2. RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA**

Nome: .....

CPF: .....

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

☐ Declaramos que SIM

**3. CONDIÇÕES COMERCIAIS**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT.	V. UNITÁRIO	V.TOTAL
01						
VALOR TOTAL						

Valor total geral por extenso: .....

**4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias. Data: .....

Nome do fornecedor Nome do Responsável  
(assinatura)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO II

**ANEXO III**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2026**  
**VALIDADE: XX/XX/2025 À XX/XX/2026**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE XAPURI, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 04.018.560/0001-24, com sede foro nesta cidade na Rua Floriano Peixoto, nº 114, Centro, Xapuri – Acre, neste ato, representada pela seu Prefeito Sr. MAXSUEL MAIA PEREIRA, inscrita no CPF/MF sob nº 698.796.302-97, considerando o julgamento do Pregão Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2025, Processo Administrativo nº 005/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, Decreto Municipal nº 016/2024, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990 e Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado de classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO na sua forma ELETRÔNICA Nº. XXX/2026/CLC/PMX, RESOLVE** registrar o preço da Empresa **XXXXXXXXXX**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ Nº. **XXXXXXXXXX**, Situada no endereço **XXXXXXXXXX**, nº **XXX**, bairro: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone: **(xx) XXXXXXX-XX**, através de seu representante legal, o senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXX-XX** e RG nº **XXXXXXXX-XX**, com endereço **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, de acordo com a classificação por ela alcançada, pelo critério menor preço por **ITEM**, observando as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, registrar os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

**CLÁUSULA 1ª: OBJETO**

**1.1** Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, em atendimento aos Convênios nº (982683/2025/, 985994/2025, 9821385/2025 e 985991/2025), oriunda do **Pregão Eletrônica SRP nº 002/2026**, que passa fazer parte, para todos efeitos, desta ata, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços, conforme consta no anexo I.

**2 ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES E QUANTIDADES**

- 2.1** O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Prefeitura Municipal de Xapuri.
- 2.2** O objeto tem a natureza comum nos termos do inciso X do Art. 6º da Lei 14.133/2021.
- 2.3** Os preços ofertados, especificação e consumo, marca do produto, empresa e representante legal, encontram-se enunciados na presente Ata de Registro de Preços.
- 2.4** A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.
- 2.5** Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

**CLÁUSULA 3ª DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 3.1.** Os produtos deverão ser entregues de forma integral, conforme a Ordem de Fornecimento, prazo contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento que autoriza o seu início, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, desde que garantido o interesse público.
- 3.2.** O prazo para entrega será de até 60 (sessenta) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 3.3.** Os prazos anteriormente definidos podem ser alterados mediante solicitação formal com justificativa, devidamente aceita pelo Município, ressalvado ao Município o direito tanto de não aceitar a justificativa quanto de aplicar penalidades cabíveis, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 3.4.** Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Xapuri, situada na Rua Coronel Brandão, Bairro Centro, Xapuri/AC.

**CLÁUSULA 4ª DA VIGÊNCIA**

- 4.1** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 016/2024, e no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, conforme o (art. 124, caput e §1º).
- 4.2.** Caso não haja a renovação automática do prazo de vigência, a ata de registro de preços perderá sua vigência ao final de 2 (dois) anos
- 4.3.** Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial, conforme art. 124 §2º do Decreto Municipal nº 016/2024.
- 4.4.** A cada ingresso de novo fornecedor, com preço inferior a pelo menos 0,5% (cinco por cento) do menor preço registrado, conforme previsto na CLÁUSULA 6ª ocorrerá a renovação automática do prazo de vigência desta ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses.
- 4.5.** A validade do contrato é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite previsto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

- 4.6** A duração dos contratos será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro. (Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).
- 4.7.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 21, §2º do Decreto Municipal nº 016/2024.
- 4.8.** O Contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

**4.9.** Durante a vigência da contratação deverá o contratado manter todas as condições de habilitação, cabendo ao contratado informar se houver mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada a de declaração falsa, com correspondente sanção.

**CLÁUSULA 5ª FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1** Os fornecedores e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão no Anexo I, cujas informações se alteram sempre que algum fornecedor solicitar a inclusão, retirada ou alteração do preço registrado. Estes atos serão oficializados com a assinatura do termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

**5.2 DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

**5.2.1.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (Art. 134 da Lei nº 14.133/2021).

**5.2.2.** O preço será reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação do IPCA após 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta. (Art. 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

**5.2.3.** Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

**5.2.4.** O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

**5.2.5.** A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

**5.2.6.** Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.

**5.3 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**5.3.1.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído da seguinte forma:

**I** - o número do contrato ou da ata de registro de preços a que se refere;

**II** - o item ou o lote para os quais é solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro;

**III** - a justificativa do desequilíbrio econômico-financeiro contratual;

**IV** - a diferença percentual solicitada no reequilíbrio econômico-financeiro por item e/ou lote; e

**V** - os documentos que comprovem o custo suportado pelo contratado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e o custo suportado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, como notas fiscais, orçamentos obtidos junto aos fornecedores do contratado, tabelas de referência do setor, entre outros.

**5.3.2** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspenderá a execução contratual no curso do prazo para julgamento, salvo se o gestor do contrato conceder o efeito suspensivo.

**5.3.3** Quando o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro se referir a um item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, confrontado o custo de cada item constante da proposta inicial com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

**5.3.4** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

**5.3.5** A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador ou, não sendo possível a identificação do fato gerador, a data do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com efeitos para todo o saldo contratual e alterará a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

econômico-financeiro concedido.

5.3.6 Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

5.3.7 Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

5.3.8 Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

5.3.9. Os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

## **CLÁSULA 6ª CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO**

**6.1** Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço) em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

**6.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pela secretaria.

**6.3** As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

## **CLÁSULA 7ª INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS**

**7.1** É possível o ingresso de novos fornecedores nesta ata de registro de preços, a qualquer tempo, mediante solicitação do interessado à Secretaria, acompanhada da sua proposta e dos documentos exigidos na fase de seleção do fornecedor.

**7.2** A Secretaria, pelo gestor da Ata de Registro de Preços, julgará o pedido de inclusão em até 5 (cinco) dias úteis, abrindo prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da decisão, para interposição de recurso e contrarrazões em igual prazo.

**7.3** A Secretaria deverá julgar os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**7.4** O registro de novos fornecedores na ata de registro de preços somente poderá ocorrer a partir de 60 (sessenta) dias da assinatura da ata de registro de preços e será realizado segundo a ordem cronológica de ingresso.

**7.5** Para ocupar a posição de menor preço, a redução deverá ser de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) em relação ao menor preço até então registrado.

## **CLÁUSULA 8ª POSSIBILIDADE DE SAÍDA DE FORNECEDORES E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

**8.1.** Decorridos 60 (sessenta) dias contados da assinatura ata de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ata de registro de preços ou alterar seus preços, para mais ou para menos, sem a necessidade de aprovação pela Secretaria.

**8.2.** A faculdade de exclusão e de alterar os preços **somente poderá ser utilizada** quando existirem, no mínimo, 5 (cinco) fornecedores com preços registrados para o item determinado.

**8.3.** Nos casos em que **existirem menos de 5 (cinco) fornecedores**, serão aplicáveis à presente ata as regras de reajuste, repactuação e reequilíbrios previstas na minuta do contrato, vedada a duplicidade de correção do valor com a alteração da ata e do contrato sobre o mesmo item e o mesmo fato gerador.

**8.4.** As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até o protocolo da solicitação de alteração ou exclusão do registro do preço.

**8.5.** A solicitação do fornecedor de exclusão da ata de registro de preços surtirá efeitos a partir do seu protocolo.

**8.6.** Quando não for permitida a saída do fornecedor ou a alteração de preço, serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que os fundamentos sejam acolhidos pelo responsável pela Secretaria e haja parecer favorável do gestor da ata de registro de preços.

**8.7.** O gerenciador ou participante da ata de registro de preços deverá comunicar a intenção de aquisição com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do pedido, para viabilizar a alteração de preços pelos fornecedores registrados.

**8.8.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, salvo, justificadamente, nos casos previstos no art.124, da lei nº14.133/21.

**8.9.** A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por revogar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**8.10.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador definirá o novo preço máximo a ser pago pela Administração e convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**8.11.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**8.12.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**8.13.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**8.13.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**8.13.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**8.13.3.** Quando os fornecedores registrados não aceitarem manter o preço originariamente fixado na ata, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**8.13.4.** As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até o protocolo da solicitação de alteração ou exclusão do registro do preço.

## **CLÁUSULA 9ª ALTERAÇÃO DE MARCA PELO FORNECEDOR**

**9.1** Será admitida a alteração da marca pelo fornecedor, mediante justificativa previamente apresentada pelo contratado e aprovada pelo fiscal do contrato, desde que atendidas todas as condições exigidas no edital da licitação, referentes à especificação, à qualidade do objeto e às repercussões econômicas relacionadas ao seu ciclo de vida, exceto para os objetos que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato.

**9.2.** A alteração de marca somente ocorrerá para as aquisições realizadas após a aprovação da amostra da nova marca, cujo prazo para a análise é de 02(dois) dias.

## **CLÁUSULA 10ª SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**10.1** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, como descritos no Termo de Referência.

**10.2** As infrações praticadas pelo signatário da ata serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual - “Processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanção”.

**10.3** O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#). As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

**10.4** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas **as seguintes sanções** (art. 156, e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Federal nº 14.133/2021):

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4.2. A **sanção de advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista **no inciso I da subcláusula 15.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.4.3. A **sanção de multa**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.4. A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.4.5. A **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**10.5.** As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

contraditório e a ampla defesa.

**10.6.** Nos casos em que o contratado cometer **ato de descumprimento parcial** do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará **sanção de advertência** ao contratado pelo inadimplemento.

**10.7.** Será aplicada **multa moratória de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

**10.8.** Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

**10.9.** Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município **poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20%** (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**10.10.** Nos casos de **inexecução total** do contrato, o Município aplicará **multa de 20%** (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

**10.11.** A penalidade de **multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar**, nos termos abaixo:

	<b>INFRAÇÃO COMETIDA</b>	<b>PENALIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
a)	Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri	6 meses
b)	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri	12 meses
c)	Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri	18 meses
d)	Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
e)	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
f)	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
g)	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

**CLÁUSULA 11ª DAS ADESÕES**

**11.1** Será permitida a adesão a atas de registro de preços da Secretaria, por órgãos e entidades de outros municípios.

**11.2** As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

**11.3** O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**11.4** A presente Ata de Registro de Preços Poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta e Empresas Públicas que não tenha participado do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

certame licitatório, desde que autorizada sua utilização pela Secretaria, órgão gerenciador, e nas condições estabelecidas no (Art. 86, § 2º e § 4º Lei Federal nº 14.133/2021).

11.5 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos registrados nesta Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

11.7 Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com a CONTRATANTE e demais órgãos participantes.

11.8 Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

**CLÁUSULA 12ª EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1** O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. descumprir, total ou parcialmente, o contrato decorrente da ata de registro de preços;
- III. não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
- IV. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- V. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado; ou
- VI. houver razão de interesse público, devidamente justificada.

**12.2** A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Assistência Social e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, dispensando-se a divulgação por outros meios.

**CLÁUSULA 13ª DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preço cancelado na Ata, **por intermédio de processo administrativo específico**, assegurado o contraditório e ampla defesa, a pedido, quando:

13.1.1. Comprovar está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

13.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade.

**13.2. Por iniciativa da CONTRATANTE, quando:**

I - O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, sem aplicação de penalidade

II - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, garantida a possibilidade da aplicação de penalidade;

III - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

IV - Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

V - O fornecedor não assinar o Contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;

VI - Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

VII - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

VIII - Sofrer sanção prevista sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021; e

IX - não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

**13.3.** Ocorrendo qualquer das hipóteses, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará ao Fornecedor Beneficiário a nova ordem de registro.

**13.4** Esta Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

I - Por decurso do prazo de vigência;

II - Quando não restarem fornecedores registrados.

**CLÁUSULA 14ª DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

14.2. A empresa deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da dispensa;

14.4. A empresa deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos materiais fornecidos;

14.5. É de responsabilidade da empresa o cumprimento dos prazos estabelecidos e de todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.6. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições e deverão estar com prazo de validade compatível com o tempo de sua utilização, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazos de validade, apresentar ótima aparência, consistência, cor e textura adequada.

14.7. O objeto deverá ser entregue em sua embalagem original, não podendo, em hipótese alguma, produtos diversos virem acondicionados em uma mesma embalagem/caixa, diversa.

14.8. Fica a cargo da empresa o transporte, acondicionamento e a entrega, inclusive o descarregamento, dos materiais quando necessário, sendo de sua responsabilidade exclusiva reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os materiais não aceitos pela Administração contratante, por vícios, defeitos ou incorreções ou ainda que durante o prazo de garantia/validade, venham a apresentar defeitos de fabricação ou se mostrar impróprio para consumo, hipóteses que deverão ser corrigidas no prazo de no máximo 02 (dois) dias, a partir da ciência da rejeição;

14.9. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, validade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

14.10. É da empresa a responsabilidade exclusiva pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Administração contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Empresa contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.11. A empresa contratada deverá estar apta a iniciar o fornecimento do objeto de forma imediata, conforme ordem de entrega, a ser estimado diariamente de acordo com o fluxo de atendimento após assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho;

14.12. A marca do material, informado na proposta de preço, integram a especificação do produto, sendo obrigatória a entrega com a mesma marca constante na cotação, salvo se apresentada pela Empresa contratada e aceito pela Administração contratante exposição de motivos, devidamente fundamentada, que demonstre a necessidade de ser efetivada a substituição da marca e modelo do produto da marca de qualidade superior ou equivalente, sem ônus para administração.

14.13. A proponente deverá ofertar o material em conformidade com as discriminações contidas neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;

14.14. A quantidade de gêneros alimentícios perecíveis que vier a ser adquirida ocorrerá de forma parcelada, e será definida de acordo com a Ordem de entrega;

14.15. A Administração contratante pagará à Empresa contratada somente o material efetivamente fornecido e em

Rua Floriano Peixoto, nº 114

Centro, Xapuri – Acre

CNPJ: 04.018.560/0001-24



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

conformidade com as requisições expedidas;

14.16. Poderá ser exigida amostra dos itens a qualquer tempo;

**14.18 DA GARANTIA:**

14.18.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

14.18.2. **A empresa fornecedora obriga-se a substituir, no prazo de 02 (dois) dias corridos**, contados do recebimento de notificação efetuada pela secretaria, o objeto entregue e aceito comprovada a existência de incorreções, defeitos e anomalias, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização. Findo este prazo serão aplicadas às penalidades cabíveis;

14.18.3. O material de consumo **deverá ser certificado e estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas** pertinentes aos itens, quando for o caso.

14.18.4. Caso haja indicação de prazo de validade mínimo, não serão aceitos materiais que não cumpram esse parâmetro ou com data de fabricação defasada, que comprometam a sua plena utilização.

14.18.5. A (s) empresa (s) fornecedora (s) dos materiais de consumo serão responsável (is) pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura sejam entregues com incorreções, defeitos e anomalias, ou não compatíveis com o tempo de vida útil.

14.18.6 A empresa deverá cumprir os prazos e demandas estabelecidas pelo CONTRATANTE, sob pena de responder às sanções previstas na legislação pertinente.

14.18.7. O prazo indicado no subitem 14.18.2, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**14.19. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.19.1. O Contrato será representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, em até 5 (cinco) dias após a convocação, a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

14.19.2. Aplica-se aos contratos referentes ao objeto decorrentes de registro de preços o disposto no art. 89, da Lei Federal nº. 14.133/23, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

**CLÁUSULA 15ª: DO VALOR ESTIMADO**

15.1 O valor total desta Ata é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXX).

15.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

15.3. O preço consignado no contrato será o registrado nesta Ata, conforme registrado no resultado do Pregão Presencial.

**CLÁUSULA 16ª: DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento **será efetuado até o 30º (trigésimo) dia contado do recebimento definitivo mediante emissão da nota fiscal**, devidamente atestada por servidor responsável pertencente ao quadro de servidores da CONTRATANTE, acompanhado das Certidões: Certidão Negativa de Débito Municipal; Certidão Negativa de Débito Estadual Certidão Negativa da Dívida Ativa Estadual; Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais, Contribuições Previdenciárias (INSS) e Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débito FGTS Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

16.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

16.3. Poderá ser rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.4. O pagamento ocorrerá em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, devendo para isto, ficar explícito o nome do banco, número da agência e o número da conta em que será efetivado o crédito;

16.5. A nota fiscal deverá ser emitida e entregue a CONTRATANTE até o 10º (décimo) dia do mês subsequente;

16.6. A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura as informações sobre o fornecimento, (número do contrato, número do empenho, período do fornecimento, descrição do material, quantidade, preço unitário, valor total), entre outras informações que se fizerem necessárias;

16.7. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo será iniciada a partir da nova data de entrega no protocolo do CONTRATANTE;

16.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

16.9. Os valores a serem pagos pela CONTRATANTE corresponderão exclusivamente ao que for comprovadamente entregue pela CONTRATADA;

16.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

16.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**16.12. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:**

I. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;

II. Se o valor da multa for superior ao valor devido à execução dos serviços, responderá a CONTRATADA pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

16.13. A cada pagamento a empresa CONTRATADA deverá juntar à sua nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhes serão exigidas na habilitação para participação do certame licitatório;

16.14. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta corrente em que será efetivado o crédito.

**CLÁUSULA 17ª DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES PREVISTAS PARA OS ITENS COM PREÇOS REGISTRADOS**

17.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pela CONTRATANTE entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.

17.2 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.

17.3 No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 4º e 5º do art. 22 do art.86, da Lei nº14.133/2021.

17.4 Caberá à CONTRATANTE autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

17.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos de Estados ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO II**

**CLÁUSULA 18ª: DOS CONDIÇÕES PARA O ACEITE DA NOTA DE EMPENHO**

18.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

18.2 Para cada fornecimento, a contratação formalizar-se-á mediante emissão de nota de empenho em nome da licitante que tenha firmado esta Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade CONTRATANTE.

18.3 A licitante vencedora receberá, por escrito (e-mail ou fax), cópia da Nota de Empenho, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, promover o aceite, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

18.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

18.5 Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e que integra o presente instrumento de compromisso.

18.6 A emissão da Nota de Empenho decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinada no prazo de validade da ata de registro de preços.

**CLÁUSULA 19ª: DA ANÁLISE JURÍDICA**

19.1 A análise jurídica da presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao PARECER JURÍDICO Nº. **XXXX.XX.XXXXXX**, expedido pela Procuradoria-Geral do Município no dia **XX** de **XXXXXXX** de 2026.

**CLÁUSULA 20ª: DOS CASOS OMISSOS (ART.92, III)**

20.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 10.406/2022 - Código de Direito Civil, e normas e princípios gerais dos Contratos.

**CLÁUSULA 21ª: DAS ALTERAÇÕES**

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

21.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, ou documento equivalente, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

21.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilas dispensadas a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA 22ª: DA PUBLICIDADE**

22.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Acre.

**CLÁUSULA 23ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Integram este documento, independentemente de transcrição, o edital Pregão Presencial **XX/2025**, Termo de Referência e a proposta da empresa.

23.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata, bem como o Decreto Municipal nº 016/2024.

**CLÁUSULA 24ª: DO FORO**

24.1 O foro será o da Comarca de Xapuri - Acre, excluído qualquer outro.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO II

Xapuri - AC, **XX** de **XXXXXX** de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito  
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratada

**TESTEMUNHAS**

1 - \_\_\_\_\_ 2 - \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO III – ENCARTE DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE**  
**PREÇOS**

ANEXO II

**ENCARTE I – DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1) Empresa: \_\_\_\_\_; CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ /\_(ÓRGÃO EXPEDIDOR)/\_(UF)\_.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UM, CX, PC, GL, L, TB, ETC	QUANTIDADE GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	---	-------------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FORNECEDOR

2) Empresa: \_\_\_\_\_; CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ /\_(ÓRGÃO EXPEDIDOR)/\_(UF)\_.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UM, CX, PC, GL, L, TB, ETC	QUANTIDADE GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	---	-------------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FORNECEDOR





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

ANEXO II

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELBRAM, COMO CONTRATANTE A PREFEITURA DE XAPURI E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CONFORME ABAIXO:**

**Processo Administrativo nº ~~xxxxx~~/2026/CPL/PMX**  
**Pregão eletrônica SRP Nº ~~xxx~~/2026/CPL/PMX**

O **MUNICÍPIO DE XAPURI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Floriano Peixoto, n.º 114, Centro, Xapuri-Acre, CEP: 69.930-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.018.560/0001-24, neste ato representado pelo MAXSUEL MAIA PEREIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG N.º 378202 SSP/AC e inscrito no CPF sob o n.º 698.796.302-97, doravante denominado **contratante** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portadora da célula de identidade RG nº xxxxxxxx e titular do CPF: xxxxxxxx, doravante denominada **contratada** resolvem celebrar contrato, decorrente do **PREGÃO na sua forma ELETRÔNICA Nº ~~XXX~~/2026/CPL/PMX**, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

**CLÁUSULA 1ª: OBJETO**

---

Contratação de empresa para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, em atendimento aos Convênios nº (982683/2025/, 985994/2025, 9821385/2025 e 985991/2025).

**CLÁUSULA 2ª: NORMAS REGENTES**

---

2.1. O presente contrato está vinculado à **Licitação** e ao **Processo Administrativo supracitados**, ao edital e à proposta apresentada pelo contratado, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 016/2024.

**CLÁUSULA 3ª: VIGÊNCIA**

---

3.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado nos termos do art. 106 e 107 da lei 14.133/21, mediante justificativa da Administração e anuência da contratada.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

- 3.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 3.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 3.6. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 3.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 3.8. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.9. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 3.10. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 3.11. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA 4ª: FORMA DE FORNECIMENTO**

---

- 4.1. A forma de execução deste contrato é fornecimento parcelado.

**CLÁUSULA 5ª: LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

---

- 5.1. Os produtos deverão ser entregues de forma integral, conforme a Ordem de Fornecimento, prazo contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento que autoriza o seu início, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, desde que garantido o interesse público.
- 5.2. O prazo para entrega será de até 60 (sessenta) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 5.3. Os prazos anteriormente definidos podem ser alterados mediante solicitação formal com justificativa, devidamente aceita pelo Município, ressalvado ao Município o direito tanto de não aceitar a justificativa quanto de aplicar penalidades cabíveis, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 5.4. Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Xapuri, situada na Rua Coronel Brandão, Bairro Centro, Xapuri/AC.

**CLÁUSULA 6ª: FONTE DE RECURSOS**

---

- 6.1. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s): .....



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

ANEXO II

**CLÁUSULA 7ª: VALOR A SER PAGO PELO OBJETO**

7.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ ....., incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

7.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					

**7.3. Faz parte deste contrato:**

7.3.1. A proposta de preços

7.3.2. Edital, Termo de Referência e demais anexos.

**CLÁUSULA 8ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. Prazo de pagamento:

8.1.1. O prazo de liquidação do pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias.

8.1.2. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo quinto) dia útil, contados à data de entrega da nota fiscal/fatura, após o processamento interno por parte da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil. Mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura efetivamente atestado pelo setor competente e apresentação das certidões de regularidade junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipal, devendo no ato de cada pagamento o licitante manter a sua seguridade fiscal de todos os tributos exigidos no Edital de Licitação.

8.1.3. Qualquer divergência entre a unidade de fornecimento e a Nota Fiscal, ensejará a devolução da Nota para regularização do pagamento correspondente;

8.1.4. É vedada a antecipação de pagamento;

8.1.5. O Licitante deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/ Fatura informações sobre o material, além de mencionar o número da licitação e do contrato;

8.1.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada com 05 (cinco) dias úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo;

8.1.7. Para a efetivação do pagamento, devem ser adotados os seguintes procedimentos obrigatórios:

a) Apresentar nota fiscal ou fatura, conforme Termo de Referência;

b) Verificação da regularidade fiscal da contratada, quanto às certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na Habilitação em cada sítio correspondente ou no SICAF, quais sejam:

- Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, de débito relativo a tributos federais e à dívida ativa da União, comprovando a regularidade com a fazenda Federal;

- Certidão negativa, ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pelo Estado, relativo ao domicílio



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

ou sede do licitante, relativa a tributos estaduais, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a fazenda Estadual;

- Certidão negativa, ou certidão positiva com efeito negativo, emitida pelo Estado, relativa ao domicílio ou sede do licitante, da dívida ativa da Fazenda Estadual;

- Certidão Negativa de Débitos – CND, ou certidão positiva com efeitos negativo, emitida pelo município relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com o Município;

- Certidão de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

- Certidão Negativa de Débito – CND, ou certidão positiva com efeito negativo, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social.

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.1.8. A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB, com sede na Rua Luiz Z. da Silva, Conjunto Manoel Julião, Nº 499, CNPJ/MF: 63.606.784/0001-16, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o nº do Empenho e nº do Pregão, nº da Ata de registro de preços/Contrato (se houver).

8.1.9. Conforme o art. 141. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdivida nas seguintes categorias de contratos:

I – Fornecimento de bens;

II – Locações;

III – prestação de serviços;

IV – Realização de obras;

§ 1º A ordem cronológica referida no caput deste artigo poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II – Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III – pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V – Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

8.1.10. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

8.1.11. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

8.1.12. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

dias, contados da entrega da nota fiscal.

8.1.13. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

8.1.14. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

8.1.15. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

8.1.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize a sua situação.

8.1.17. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

8.1.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.1.19. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidas por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.1.20. O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do Índice de Preços ao consumidor – IPC- FIPE elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) = I = (6/100) \quad I = 0,00016438 \ 365 \ 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

8.1.21. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;

II – Se o valor da multa for superior ao valor devido para entrega dos produtos, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

## **CLÁUSULA 9ª: REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado na proposta de preços.
- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

ANEXO II

IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**CLÁUSULA 10ª: MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS**

As partes concordam em estabelecer a seguinte matriz de alocação riscos para o presente contrato:

<b>Evento de risco</b>	<b>Alocação</b>	<b>Consequência</b>
Alteração do quantitativo contratado	Município	Aditivo contratual
Alteração do projeto	Município	Reequilíbrio contratual
Criação, extinção ou alteração de tributos, taxas ou encargos	Município	Reequilíbrio contratual
Atraso no pagamento	Município	Juros e atualização monetária
Problemas com empregados do contratado	Contratado	Manutenção do valor
Erros na execução	Contratado	Correção com manutenção do valor
Atrasos e inadimplementos	Contratado	Glosa do valor não executado e aplicação de penalidades
Oscilações de mercado dos insumos até 5% acima da variação média do ano anterior	Contratado	Manutenção do valor
Oscilações de mercado dos insumos acima de 5% da variação média do ano anterior	Município	Reequilíbrio contratual
Outros eventos não previstos caracterizados como caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração	Município	Reequilíbrio contratual

- São considerados riscos que podem ocorrer ao longo da execução contratual com potencial de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro, aqueles que estiverem preenchidos como riscos do contratante, sendo aplicada a regra para reequilíbrio econômico - financeiro nestes casos.
- O contratado terá a obrigação de demonstrar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, o pagamento dos seguros eventualmente solicitados pela matriz de risco contratual.
- O fiscal do contrato acompanhará os mecanismos de mitigação dos riscos previstos na matriz de risco contratual.

**CLÁUSULA 11ª: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

11.1. Conforme Decreto Nº 016/2024, o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com:

- I – o número do contrato ou da ata de registro de preços a que se refere;
- II – o item ou o lote para os quais é solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro;
- III – a justificativa do desequilíbrio econômico-financeiro contratual;
- IV – a diferença percentual solicitada no reequilíbrio econômico-financeiro por item e/ou item; e
- V – os documentos que comprovem o custo suportado pelo contratado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e o custo suportado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, como notas fiscais, orçamentos obtidos junto aos fornecedores do contratado, tabelas de referência do setor, entre outros.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

§ 1º O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspenderá a execução contratual no curso do prazo para julgamento, salvo se o gestor do contrato conceder o efeito suspensivo.

§ 2º Quando o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro se referir a um item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, confrontado o custo de cada item constante da proposta inicial com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

§ 3º Nos casos de objetos complexos, compostos por diversos itens, o pedido deverá comprovar a oscilação de preços dos principais itens, assim considerados aqueles que componham 80% (oitenta por cento) do valor total do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 4º A mera demonstração do aumento de preços de mercado não comprova, por si só, o desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato ou da ata de registro de preços, devendo ser evidenciado pelo contratado, o nexo de causalidade entre o aumento do custo suportado pelo contratado para a execução e o impacto na contratação ou na ata de registro de preços, conforme o caso.

11.2. Em conformidade com Decreto nº 016/2024, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

§ 1º Na análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

§ 2º Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

§ 3º Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador ou, não sendo possível a identificação do fato gerador, a data do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com efeitos para todo o saldo contratual e alterará a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro concedido.

## **CLÁUSULA 12ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

12.1. Ademais das obrigações legais e regulamentares, a contratada obriga-se a:

12.1.1. Preservar ao longo da execução do contrato, seus requisitos de habilitação, assegurando a qualidade dos materiais fornecidos;

12.2. A contratada deverá comunicar, por escrito, a ocorrência, de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à contratante até 24 horas antes da entrega.

12.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo funcionário responsável pelo recebimento.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

12.4. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ocasionados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo quando do fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;

12.5. Responsabilizar-se pelos eventuais encargos fiscais e sociais da empresa e seus empregados, mantendo-os atualizados e quitados de acordo com as normas vigentes; A contratada deverá adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações pessoais que tiver acesso, em conformidade com a Lei Nº 13.706/2018 (LGPD) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.6. Constituem obrigações do contratado:

12.6.1. aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021;

12.6.2. comunicar ao fiscal do contrato, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a execução regular de suas obrigações;

12.6.3. atender às determinações do fiscal do contrato, destinadas ao regular cumprimento do contrato;

12.6.4. efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

12.6.5. declarar o descumprimento das condições de habilitação, sob pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.6.6. manter contatos com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis;

12.6.7. manter atualizado, durante a vigência do presente contrato, o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

12.6.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.6.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA 13ª: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. É de responsabilidade deste órgão, conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, na aquisição de materiais e da contratação de serviços, deverá realizar consulta aos cadastros elencados abaixo, onde na constatação em qualquer etapa do processo de aquisição, da situação de impedimento, determinará a exclusão do licitante, a não adjudicação/homologação do objeto, a não contratação ou a não autorização de fornecimento ou da realização da obra ou serviço, conforme o caso:

I - Cadastro de Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas da União;

II - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

III - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

- IV - Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- V - Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições;
- VI - Acompanhar a entrega do equipamento e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;
- VII - Fornecer as instruções necessárias à entrega do equipamento e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;
- VIII - Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;
- IX - Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega do equipamento.
- X - Informar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando à CONTRATADA o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- XI - Aplicar a CONTRATADA todas as sanções cabíveis, caso ocorra o descumprimento do contrato;
- XII - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Empresa contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- XIII - Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- XIV - Atestar na nota fiscal a efetiva entrega do material;
- XV - Comunicar, oficialmente, à empresa contratada quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para sua correção;
- XVI - Comunicar formalmente à empresa contratada, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- XVII - Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor especialmente designado, na forma prevista da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº. 016/2024;
- XVIII - Rejeitar todos e quaisquer materiais cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência;
- XIX - Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da empresa contratada junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, FGTS, Justiça do Trabalho, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA 14ª: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

---

- 14.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 14.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 14.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

- 14.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 14.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 14.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso;
- 14.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o fornecimento do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do fornecedor do objeto.
- 14.8. O fiscal técnico deverá realizar a avaliação por entrega, para aferir o desempenho e qualidade do fornecimento do objeto contratual.
- 14.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda

**CLÁUSULA 15ª: GARANTIA DO PRODUTO E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO**

---

- 15.1. Os produtos fornecidos necessitam de, no mínimo, 01 ano de garantia.
- 15.2. As condições de manutenção serão descritas abaixo:
- a) A empresa deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos materiais fornecidos;
  - b) O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações do serviço prestado.
  - c) Os materiais deverão ser entregues dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
  - d) A marca do produto, informado na proposta de preço da licitante, integram a especificação do produto, sendo obrigatória a entrega com a mesma marca e modelo constantes da proposta da licitante, salvo se apresentada pela Empresa contratada e aceito pela Administração contratante exposição de motivos, devidamente fundamentada, que demonstre a necessidade de ser efetivada a substituição da marca e modelo do produto.

**CLÁUSULA 16ª: ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

---

- 16.1. O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescer, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.
- 16.2. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.
- 16.3. Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

contratado já houver adquirido os materiais no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução contratual, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

---

**CLÁUSULA 17ª: SUBCONTRATAÇÃO**

---

17.1. Não será admitida a subcontratação.

---

**CLÁUSULA 18ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

18.1. O licitante ou contratado, que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente, as obrigações assumidas será responsabilizado administrativamente pelo atraso injustificado na execução do contrato pelas seguintes infrações: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Xapuri e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, previstas nas cláusulas específicas do Edital de Licitação, com fulcro na Lei nº 14.133/2021.

- A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, qual seja dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.
- Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.
- A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, sem aplicação de juros de mora.

18.2. Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I – As multas previstas neste contrato serão cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II – Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

18.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Xapuri será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, deverão ser registradas em site oficial, no cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Portal da Transparência mantido pela Controladoria- Geral da União, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

- I – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II – Dar causa à inexecução total do contrato;
- III – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- V – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; e/ou;
- VI – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VII – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

18.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes casos:

- I – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- II – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IV – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- V – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

18.5. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJAC, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa;
- III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

18.5. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e ampla defesa.

18.6. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

18.7. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

18.8. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, conforme a Lei 14.133/2021.

18.9. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

18.10. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitando



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no capítulo 19 – “Processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanção” do Caderno de Normas Licitatórias.

18.11. Será aplicada multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 dias.

18.12. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

18.13. Ultrapassando o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

18.14. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% sobre o valor do saldo contratual a executar.

18.15. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

<b>INFRAÇÃO COMETIDA</b>	<b>PENALIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri.	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri.	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Xapuri.	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

**CLÁUSULA 19ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO**

19.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, para esclarecimentos de questões relacionadas ao contrato.

19.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.

19.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

e fiscalização e respondidas no prazo de 30 (trinta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, que tem prazo diferenciado.

19.3.1. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

19.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

---

**CLÁUSULA 20ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

---

20.1. O contratante acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

20.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

20.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

20.3.1. O contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

20.3.2. Será aplicada multa mensal de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade, aumentando para 2% (dois por cento) caso o não atendimento das condições de habilitação persista por mais de 60 (sessenta) dias.

20.4. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

---

**CLÁUSULA 21ª: DISPOSIÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

---

21.1. Previsão da aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, mediante a inclusão de cláusula na seguinte forma:

I - Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

---

**CLÁUSULA 22ª: PROTEÇÃO DE DADOS**

---

22.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

22.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

- 22.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- 22.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- 22.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- 22.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- 22.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 22.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:
- 22.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- 22.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;
- 22.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 22.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;
- 22.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- 22.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 22.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 22.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 22.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 22.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 22.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 22.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 22.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**CLÁUSULA 23ª: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

---

- 23.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, assim que o objeto for entregue.
- 23.2. O objeto será recebido definitivamente pela comissão de recebimento, mediante termo de recebimento, em 7 dias, contados do recebimento provisório.
- 23.3. O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que



**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – UASG Nº: 980149**  
**LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**  
**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II**

possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

23.4. Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

**CLÁUSULA 24ª: EXTINÇÃO DO CONTRATO**

---

24.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

24.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

24.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

**CLÁUSULA 25ª: DA GARANTIA**

---

Não será necessária a apresentação de garantia contratual;

**CLÁUSULA 26ª: FORO**

---

26.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Xapuri.

Xapuri-AC, ..... de ..... de .....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF:

Assinatura: